

O campo de públicas após a instituição das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) de administração pública: trajetória e desafios correntes (2015-2020)


The “public field” after the establishment of the national curriculum guidelines for the undergraduate teaching in public administration: trajectory and current challenges (2015-2020)


Fernando de Souza Coelho
Lindijane de Souza Bento Almeida
Suylan Midlej
Paula Chies Schommer
Marco Antonio Carvalho Teixeira

Texto convidado em Agosto de 2020


RESUMO


Em 2020, o termo “Campo de Públicas” (CP) completou 10 anos no Brasil. A nomenclatura, utilizada originalmente por docentes e discentes dos cursos de graduação em Administração/Gestão/Políticas Pública(s), surgiu no ato de uma Audiência Pública realizada pelo Conselho Nacional de Educação, no dia 5 de abril de 2010, para se discutir a elaboração de DCNs de Administração Pública (AP). A história do ensino de AP no Brasil, com seus diversos ciclos desde 1952, incluindo o movimento de redefinição da identidade da educação superior nesse campo do saber, que resultou na instituição das DCNs em 2014, é retratada por muitos livros e artigos. Todavia, a institucionalização do Campo de Públicas no período 2015-2020, com o estabelecimento de entidades representativas, o processo de implementação das DCNs nos cursos, a criação de eventos científicos próprios, a organização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de AP, a elaboração de publicações com títulos referentes ao CP e a conformação de uma comunidade acadêmica multidisciplinar, faz jus a uma sistematização. Assim, o objetivo deste artigo é descrever essa trajetória recente e analisar os desafios correntes do CP. A metodologia baseou-se no cotejamento da literatura com documentos para denotar os marcos do CP pós-DCNs e desvelar seus reptos, que, a partir das respostas de 365 membros – entre professores(as), pesquisadores(as), alunos(as) e egressos(as) – a uma *survey*, foram priorizados. Como resultado, o

Fernando de Souza Coelho 
fernandocoelho@usp.br
Doutor em Administração Pública e Governo
- FGV-SP
PhD in Public Administration - FGV-SP
Universidade de São Paulo, unidade
EACH-USP
São Paulo/SP - Brasil

Lindijane de Souza Bento Almeida 
almeida.lindijane@gmail.com
Doutora em Ciências Sociais - UFRN
PhD in Social Sciences - UFRN
Universidade Federal do Rio Grande do
Norte/Departamento de Políticas Públicas
Natal/RN - Brasil

Suylan Midlej 
suylan@unb.br
Doutora em Sociologia - UnB
PhD in Sociology - UnB
Universidade de Brasília
Brasília/DF - Brasil

Paula Chies Schommer 
paulacs3@gmail.com
Doutora em Administração - FGV/EAESP
PhD in Administration - FGV/EAESP
Universidade do Estado de Santa Catarina
- Esag
Florianópolis/SC - Brasil

Marco Antonio Carvalho Teixeira 
marco.teixeira@fgv.br
Doutor em Ciência Política - PUC-SP
PhD in Political Science - PUC-SP
Escola de Administração de Empresas de
São Paulo - Fundação Getúlio Vargas
São Paulo/SP - Brasil

texto constitui um balanço sobre o processo de construção do CP no país.

Palavras-chave: ensino de graduação; comunidade científica; administração pública; políticas públicas; Brasil.

ABSTRACT

The year 2020 marks ten years since the term "Public Field" was introduced in Brazil. Professors and students of undergraduate programs in public administration, public management, and public policy were the first to adopt the term, which emerged at a public hearing of the National Education Council on April 5, 2010, held to discuss the preparation of the National Curriculum Guidelines (NCG) for public administration undergraduate programs. There are many books and articles about the history of public administration education in Brazil, discussing its various cycles since 1952 and the movement to redefine the identity of higher education in this field of knowledge, which resulted in the establishment of the NCG in 2014. During the period 2015-2020, the Public Field in Brazil witnessed the establishment of representative entities, the process of implementing the NCG, the creation of specific scientific events, the preparation of the National Student Performance Exam (Enade) for public administration students, the elaboration of publications with titles related to the Public Field, and the formation of a multidisciplinary academic community. However, there is no systematization of this period of institutionalization. This article addresses this gap, describing this recent history and analyzing the current challenges of the Public Field. First, we carried out a comparative analysis of literature and documents to reveal the milestones of the public field and its challenges after the implementation of the NCG. Then, we conducted a survey with 365 valid responses, where professors, researchers, students, and alumni related to the Public Field prioritized the challenges presented. The outcome of this research is an overview of the construction of the Public Field in Brazil.

Keywords: undergraduate teaching, scientific community, public administration, public policy, Brazil.

Introdução

No artigo "Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais", publicado na Revista Administração Pública e Gestão Social (APGS) em 2014, os autores ensaiam, no primeiro parágrafo, uma definição para o CP, apresentando-o como:

um grupo de atores universitários (...) de várias partes do Brasil que há pouco mais de uma década [desde o surgimento de novos cursos superiores de administração/gestão/

políticas pública(s) no país] vem realizando atividades comuns para tratar de temas científicos, organizacionais, de regulação e avaliação educacional, a partir de diferentes fundamentos epistemológicos, compondo um espaço multifacetado, aqui considerado uma área de conhecimento multidisciplinar embrionária. (Pires *et al*, 2014, p. 1, grifo nosso).

Tal movimento, segundo Keinert (2014), identifica-se com um “paradigma emergente” (na acepção kuhniana), relacionado ao interesse público e aos valores republicanos, que caracteriza uma identidade coletiva e forma uma comunidade científica em construção no país. Seu mote inaugural foi reafirmar as diferenças do ensino de graduação de gestão pública da formação acadêmica de administração (empresarial), resultando na homologação de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os bacharelados de Administração Pública e congêneres, em 1º de outubro de 2013. Pela Resolução nº 1 do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 13 de janeiro de 2014, a Câmara de Educação Superior (CES) instituiu as DCNs de AP que, pelo artigo 1º, “compreendem o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas”.

Essa profusão de nomenclaturas de cursos de graduação, cada qual com diferentes ascendências e/ou imbricações de áreas de conhecimento (Administração, Ciência Política, Economia, Direito, Planejamento Urbano e Sociologia), demonstra, per si, a amplitude do CP e elucida como a educação superior nacional respondeu às transformações do Estado e da administração pública no Brasil a partir dos desdobramentos da Constituição de 1988, da Reforma do Aparelho do Estado da década de 1990 e da ampliação do rol de políticas públicas nos anos 2000. Ademais, a complexificação dos papéis do setor público – nos três Poderes e em suas múltiplas organizações –, assim como a miríade de arranjos do Estado-rede com as organizações da sociedade civil e com o mercado privado, demandaram que os bacharelados e graduações tecnológicas do CP se integrassem à realidade de cada território (municípios, regiões e/ou estados) e explorassem distintos *designs* curriculares.

Formou-se, por conseguinte, um CP que tem como emblema a “unidade na diversidade”; a unidade está nos princípios em torno do lócus “público” e da noção de *res pública*; e, por sua vez, a diversidade está na multidisciplinariedade de *foci*

teóricos e na pluralidade de projetos político-pedagógicos que redefiniram o ensino de graduação de AP no país neste século XXI – após uma história com diversos ciclos desde 1952, subordinada ao currículo mínimo de Administração de Empresas (Coelho, 2019a).

Decorrida uma década da realização da Audiência Pública no CNE, no dia 5 de abril de 2010, para discutir a elaboração de DCNs de AP, ocasião em que surgiu o termo Campo de Públicas, sua institucionalização é uma realidade: o cadastro do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) registrava, no segundo semestre de 2019, 332 cursos de graduação, entre bacharelados e tecnológicos, nas modalidades de ensino presencial e a distância autorizados pelo Ministério da Educação (MEC), oferecidos por instituições públicas e privadas (universidades, centros universitários e faculdades) em municípios de 25 estados brasileiros e no Distrito Federal – a exceção era o Espírito Santo (Santos, 2019).

Além de alcançar essa magnitude de cursos de graduação, no período 2015-2020, pós-DCNs, o Campo de Públicas, de fato, se firmou com:

- O estabelecimento de entidades representativas como a Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (Anepcp);
- O processo de implementação das DCNs nos bacharelados de Administração Pública (AP), Gestão Pública (GP), Gestão de Políticas Públicas (GPP), Políticas Públicas (PP), Ciências do Estado (CE) e correlatos, de Norte a Sul do país;
- A criação de eventos científicos para professores e pesquisadores do CP, como, por exemplo, o Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (Enepcp), tal como os estudantes criaram, em 2002, o Encontro Nacional dos Estudantes de Administração Pública (Eneap);
- A organização de um Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de AP com edições em 2015 e 2018;
- A publicação de vários manuscritos sob o título CP, como livros, coletâneas, relatórios, dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos, e;
- A conformação de uma comunidade acadêmica multidisciplinar, juxtapondo docentes e discentes dos cursos de graduação e agregando-se

com investigadores de redes de pesquisadores (como a Rede de Pesquisadores em Gestão Social – RGS, e a Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação - RBMA), associações de pós-graduação (como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – Anpad, a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs, e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – Anpur) e sociedades científicas (como a Sociedade Brasileira de Administração Pública – Sbpap, e a Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP) que se reconhecem como (ou no) Campo de Públicas.

Uma ilustração da adoção vasta e crescente do termo CP é verificada a partir de uma pesquisa no *Google* com a locução entre aspas: são, aproximadamente, 60.000 resultados em agosto de 2020. No *Google Acadêmico*, por sua vez, existem 650 documentos para o íterim 2010-2020, contra um único texto em 2010. Logo, o Campo alterou seu estágio de desenvolvimento após a instituição das DCNs. Na atualidade, não se apresenta, tal como no quinquênio 2010-2014, como uma área de conhecimento multidisciplinar em fase embrionária. Hoje, o CP está em uma etapa de consolidação de sua autonomia no ensino de graduação, com avanços organizativos e científicos que renovam os seus “problemas” e desafios.

No que se refere aos aspectos pedagógicos, é mister refletir sobre a identidade da formação acadêmica e o processo de ensino-aprendizagem com a implementação das DCNs. Concernente à gestão acadêmica, o CP tem que encarar as diferenças da avaliação educacional no Enade e as dificuldades de reconhecimento do mercado de trabalho e de inserção profissional dos egressos, além de reiterar perante o CNE as DCNs de AP, após a tentativa de alguns conselheiros da CES de propor a sua unificação com as DCNs de Administração no primeiro trimestre de 2020. E, outrossim, no contexto institucional, deve-se pensar nos impactos da conjuntura política do Estado brasileiro, no cenário desfavorável para a educação superior pública e nos efeitos socioeconômicos da pandemia da Covid-19.

A essa agenda de trabalho na graduação, que mobiliza as entidades representativas dos cursos (Anepcp), dos estudantes (a Federação Nacional de Estudantes do Campo de Públicas – Fenecap) e de egressos (como a Pro-Pública Brasil) do

CP, soma-se o esforço para a consubstanciação desse campo do saber na pós-graduação e na pesquisa, na interpenetração entre as Ciências Sociais Aplicadas e as Ciências Humanas, voltando-se para os assuntos/temas científicos sobre interesse público e bem-estar coletivo, que abarcam a gestão governamental, a análise de políticas públicas e a governança pública entre Estado e sociedade. Como mostra Farah (2016), a gestão e as políticas públicas no Brasil têm transitado, academicamente, “de uma prática não nomeada” no século XX para a institucionalização do CP desde os anos 2000, combinando a expansão dos cursos de graduação com o aumento da produção científica nesse *pool* de abordagens sobre o objeto de estudo “público”.

Destarte, o objetivo deste artigo é jogar luz no horizonte temporal pós-DCNs e nas questões pedagógicas, acadêmicas e institucionais vigentes no CP, descrevendo sua trajetória recente e analisando os seus desafios correntes. Metodologicamente, o texto realiza o cotejamento da literatura nacional com documentos oficiais para denotar os marcos do CP entre 2015 e 2020 e desvelar seus reptos. Neste caso, os autores deste artigo, docentes vinculados a cursos de graduação do CP de AP e GPP e de diferentes instituições – privada, públicas federais e públicas estaduais, das regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sul e Sudeste (e tendo participado da sua construção desde meados dos anos 2000) –, levantaram 10 desafios que, a partir das respostas de 365 membros – entre professores, pesquisadores, alunos e egressos – a uma *survey* aplicada entre junho e julho deste ano, foram priorizados.

Enfim, o artigo é, per si, um balanço que problematiza o processo de construção do CP no país e está organizado em cinco seções, incluindo esta introdução. A seção 2, a seguir, traz um *overview* da literatura nacional sobre o Campo de Públicas e das referências internacionais sobre o ensino de administração/gestão/política(s) pública(s). Na sequência, a seção 3 apresenta uma cronologia de algumas conquistas e obstáculos do CP no período 2015-2020, mostrando sua institucionalização pós-DCNs. A seção 4, cerne deste texto, parte dos 10 desafios correntes do Campo e, baseada nos dados/informações da *survey*, analisa os resultados. Por último, as considerações finais expõem a síntese do artigo – suas contribuições e limitações –, bem como algumas implicações para o CP e ideias para os pesquisadores aprofundarem este *front* de investigação.

Um Overview da Literatura: o Campo de Públicas na bibliografia nacional e as referências internacionais sobre o ensino de Administração/Gestão Pública

Considerando o desenvolvimento do Campo de Públicas no Brasil desde meados dos anos 2000, cujo movimento de cursos e seus acadêmicos resultou, após contendas com o Conselho Federal de Administração (CFA), na instituição das DCNs de AP em 2014, pode-se interpretar tal expansão, diversificação e autonomização do ensino de graduação em Administração/Gestão/Política(s) Pública(s) como um ciclo da formação acadêmica de AP no país, encetada em 1952 com a implantação desse bacharelado na Escola Brasileira de Administração Pública (Ebak), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro.

O livro de Coelho (2019), intitulado “História do Ensino de Administração Pública no Brasil (1854-2006): antecedentes, ciclos e a emergência do Campo de Públicas”, apresenta uma periodização para o ensino de graduação de AP que, entre 1966 e 2005, esteve subordinado ao Currículo Mínimo de Administração, com lógica de *business school*, distorcendo sua identidade pelo mimetismo de gestão privada e/ou pela oferta de bacharelados em AP justapostos com os cursos superiores de administração de empresas. No âmbito da pós-graduação, a tese de doutorado de Fischer (1984) mostra, igualmente, como os programas (ou linhas de pesquisa) de Administração Pública submergiram no país a partir do ideário de racionalidade técnica, do crescimento do Estado pela administração indireta e do *boom* do milagre econômico no auge do período militar, priorizando a formação acadêmica de gestores empresariais.

Entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, com o binômio democratização-descentralização, a modernização da gestão governamental, advinda do modelo de administração pública gerencial, e da estruturação dos sistemas de políticas públicas no país, além do crescimento do setor público não-estatal, a formação acadêmica em AP – restrita a alguns cursos de graduação como o da FGV-SP (Santos; Teixeira, 2019) – foi ressurgindo, gradativamente, nas universidades e faculdades. Entretanto, desta vez, com uma matriz curricular multidisciplinar e uma abordagem tecnopolítica.

Esse estágio de construção – ou reconstrução – do ensino de graduação de AP, não circunscrito à Administração e com a incorporação da Ciência Política, ensejaria o movimento “Campo de Públicas”, suprimindo os substantivos “Administração”, “Gestão” e “Política” e destacando o adjetivo “Pública” como consenso, a priori, para uma identidade na formação acadêmica. Pires *et al* (2014) situam tal movimento entre 2002 e 2014; um decurso de 12 anos, no qual docentes e discentes se articularam em redes em prol da independência dos cursos de graduação de “Públicas” das amarras da Administração (de Empresas) no sistema de educação superior nacional. Na interpretação dos autores, esse período pode ser subdividido em quatro “momentos sequenciados”, descritos no quadro 1.

Quadro 1 Periodização do Movimento Campo de Públicas no Brasil (2002-2014)

2002-2006	Pré-condições para o reconhecimento de uma identidade coletiva na graduação
	Nesse período, os coordenadores dos bacharelados de AP da FGV-SP, Unesp e Fundação João Pinheiro (FJP) – tríade desse ensino de graduação no Brasil nos anos 1990 – lutaram para manter o nome “Administração Pública” como uma das opções nas DCNs de Administração, que entraram em vigor em 2005, substituindo o Currículo Mínimo de 1993, que previa habilitações. Simultaneamente, surgiram os primeiros bacharelados nesse campo do saber que não adotaram a nomenclatura de AP, como o de GPP da USP, em 2005, e até mesmo cursos de graduação de AP com <i>designs</i> curriculares inovadores, como o da Udesc Esag – vide Salm <i>et al</i> , 2011. E os centros acadêmicos dos três cursos superiores de AP supramencionados organizariam, a partir de 2002 e com periodicidade anual, o Encontro Nacional dos Estudantes de Administração Pública (Eneap), separando-se do Encontro Nacional dos Estudantes de Administração (Enead).
2007-2009	O nascimento do Movimento Campo de Públicas
	Nesse intervalo, aproveitando-se da realização dos Eneaps, foram fundadas, durante a XI edição desse evento, realizada no ano de 2007 em Florianópolis pelos acadêmicos da Udesc Esag, tanto a Federação Nacional dos Estudantes de Administração Pública (Feneap), emancipando a representação do corpo discente de AP da Federação Nacional dos Estudantes de Administração (Fenead), como o Fórum de Coordenadores dos Cursos de Graduação em Administração/Gestão Pública. Nos Eneaps de 2008 e 2009, respectivamente em Ouro Preto/MG (sob a organização da FJP) e em Águas de Lindóia (realizado pela USP), os Fóruns continuaram, integrando coordenadores, professores e alunos de diferentes cursos de graduação de “Públicas”, engendrando um movimento.

2010-2013

O crescimento do Movimento Campo de Públicas e a elaboração das DCNs

Com a realização da Audiência Pública no CNE para a elaboração das DCNs de AP, com a participação de 14 coordenadores de curso de graduação de "Públicas", batiza-se o movimento como Campo de Públicas. O recurso interposto pelo CFA (em conjunto com a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração – Angrad), contrário às DCNs de AP, avolumaria a organização do movimento em *mailings*, blog, rede social e a frequência de fóruns de professores e coordenadores dos cursos do CP (FP3CP), resultando em documentos como a Carta de Balneário Camboriú (2010) e a Carta de Brasília (2013), em defesa de uma área de conhecimento independente e das DCNs. Simbolicamente, durante o XII Enep, realizado no ano de 2013 em Caeté/MG pelos acadêmicos da FJP e da UFMG, o nome do evento foi alterado para Encontro Nacional dos Estudantes do Campo de Públicas (Enecap). Em 1º de outubro de 2013, o plenário do CNE votou contra o recurso do CFA e, por conseguinte, homologou as DCNs de AP aplicável a todos os bacharelados do CP. A integração de docentes e discentes no movimento Campo de Públicas alcançava o propósito de reconhecimento – oficial e normativo – da identidade dos cursos de graduação em Administração/Gestão/Políticas Pública(s).

Ano de 2014

O reconhecimento do Campo de Públicas pelo MEC com as DCNs

Instituídas as DCNs, em janeiro de 2014, se iniciaria o diálogo de um grupo de trabalho interinstitucional de coordenadores para dialogar com o MEC sobre os processos de avaliação e regulação educacional, o que levaria à institucionalização do CP a partir de 2015.

Fonte: elaborado pelos autores, baseado em Pires *et al* (2014).

Com as DCNs de AP, o Campo de Públicas inicia sua institucionalização e tem diversos marcos entre 2015-2020, descritos na próxima seção. Antes, porém, retornando à literatura nacional, é visível como o termo CP e o seu movimento tornaram-se um tema de produção acadêmica, com a publicação de vários artigos e livros no período.

No triênio 2015-2017, observa-se a editoração de publicações que visavam distinguir a identidade do CP no ensino de graduação. Os artigos de Filgueiras e Lobato (2015), Tinoco (2016) e Gonçalves e Oliveira (2016) compartilham da visão sobre a heterogeneidade dos cursos de graduação do CP cujo movimento produz, dialeticamente, vínculos e tensões. Para esses autores, se, por um lado, o CP se une em torno de valores como o republicanismo e a democracia e contestam a

prevalência da Administração (de Empresas) na história desse ensino no país, por outro, se depara com conflitos de articulação/complementariedade na formação acadêmica – difícil, porém fundamental – entre suas dimensões político-social e administrativa-gerencial e as orientações teórico-científica e técnica-profissional. A coletânea organizada por Vendramini e Almeida (2017), sob o título “Pioneirismo, Renovação e Desafios: experiências do Campo de Públicas no Brasil”, evidencia essa pluralidade do CP a partir da história, dos fundamentos epistemológicos e da organização pedagógica de 18 bacharelados e graduações tecnológicas de AP, GP, GPP e PP.

Nos últimos três anos (2018-2020), além da identidade no ensino de graduação, os pesquisadores do CP têm discutido sobre a conformação de uma comunidade científica multidisciplinar oriunda, historicamente, da Administração Pública e das Políticas Públicas. Na edição especial da revista NAU Social sobre o CP, publicada em 2018 e resultante do II Enepcp realizado em Brasília em 2017, Farah (2018) afirma:

A (re)institucionalização do campo de AP no período recente foi acompanhada por uma reconfiguração da identidade. Não se trata hoje da Administração Pública tal qual surgira de forma embrionária nos anos 30. Não se trata sequer da Administração Pública que começou a despontar como Análise de Políticas Públicas nos anos 60 e 70, sob influência dos EUA. Não se trata ainda dos estudos de políticas públicas que surgiram, sob liderança da Ciência Política, nos anos 80. **Trata-se de algo novo e plural, designado pelos próprios atores (e atrizes) – professores, professoras, coordenadores e coordenadoras de curso, alunos e alunas – como “Campo de Públicas”** (Farah, 2018, p. 88, grifo nosso).

Corroborando o argumento da autora, Robiatti (2019), em capítulo de livro publicado no exterior sobre o crescimento das Políticas Públicas como uma disciplina no Brasil pós-redemocratização, pondera que a reforma do Estado e o processo de participação social contribuíram para impulsionar a sua independência na nossa academia 50 anos após a sua emergência – nos idos da década de 1960.

Grosso modo, esse conjunto de textos supramencionados aborda, direta ou indiretamente, o binômio identidade-multidisciplinariedade – e seus desafios – em torno do “público” como objeto de ensino e pesquisa no CP do país; algo que, no exterior, segundo o professor Peter Spink, relaciona-se com a formação acadêmica

e as investigações sobre o bem comum, a esfera pública e a ação coletiva que configuram, por exemplo, o enfoque de *public affairs* na língua inglesa.

Nesse sentido, o CP, tal como manifestado no Brasil, possui faces internacionais, e, por conseguinte, não é de natureza autóctone, ainda que tenha um amoldamento que o caracteriza nacionalmente. Nas palavras de Spink (2020) na coletânea recém-publicada “Contribuições do Campo de Públicas: um olhar sobre democracia no século XXI e os desafios para gestão pública”:

A expressão “campo de públicas” evoca o mesmo sentido político e emocional da expressão inglesa ‘public affairs’. Sei que não é uma tradução literal e minha vivência mais ou menos bilíngue no nosso campo já me ensinou que tradução – mesmo quando a palavra tem raiz similar – é uma arte literária e não uma ciência. (...) Mas em que sentido emocional? Permitam-me uma resposta empírica. (...) **Estamos aqui quebrando nossas cabeças sobre a democracia no século XXI e os desafios para a gestão pública, porque achamos que a obrigação de cuidar deste pequeno planeta no sistema solar não pode ser deixada nas mãos das ideias, princípios e de teorias de convivência administrativa da iniciativa privada.** Somos defensores de uma ideia bem recente na história humana – a ideia de que o público quer dizer “o público” e não alguém que fala em nome do público. Ao mesmo tempo, usamos o plural: “públicas”. **Sabemos que as relações entre os distintos pedaços institucionais desta arena híbrida não são sempre – e ainda bem – harmônicas. Por isso, adoro a ideia de Campo de Públicas. Evoca imagens variadas de movimentos, de diferentes orientações acadêmicas e profissionais e das lutas para dizer: isso é um assunto público.** (Spink, 2020, posfácio, grifo nosso).

Aproveitando-se dessa relação entre o nacional e o internacional no CP, cabe citar, brevemente, alguns trabalhos de *journals* estrangeiros sobre o ensino de Administração/Gestão/Políticas Pública(s). No artigo intitulado “*Teaching public administration: key themes 1996-2016*”, publicado na *Teaching Public Administration* (TPA) em 2018 – um periódico da Sage editorado desde 1977 –, o professor John Fenwick discorre sobre os trabalhos publicados na TPA desde meados dos anos 1990, mostrando o estado da arte da produção científica sobre ensino e aprendizagem de gestão e políticas públicas e as contribuições dessa revista como um fórum para o debate sobre uma gama de *issues* relacionadas ao tema da formação acadêmica e ao treinamento e desenvolvimento (T&D) para o setor público. Entre os temas-chave dos artigos publicados no periódico, o autor destaca cinco:

- A pedagogia e os métodos de ensino dos cursos de *undergraduate* e *graduate*;
- A capacitação para o serviço público e os sistemas de escolas de governo;
- A organização da administração pública e a redefinição das competências da burocracia;
- A perspectiva ética na formação de políticos, dirigentes e funcionários públicos, e;
- As discussões sobre o conceito de gestão pública a partir da resignificação do termo “público” pelas imbricações entre Estado, mercado e sociedade civil no ambiente de governança.

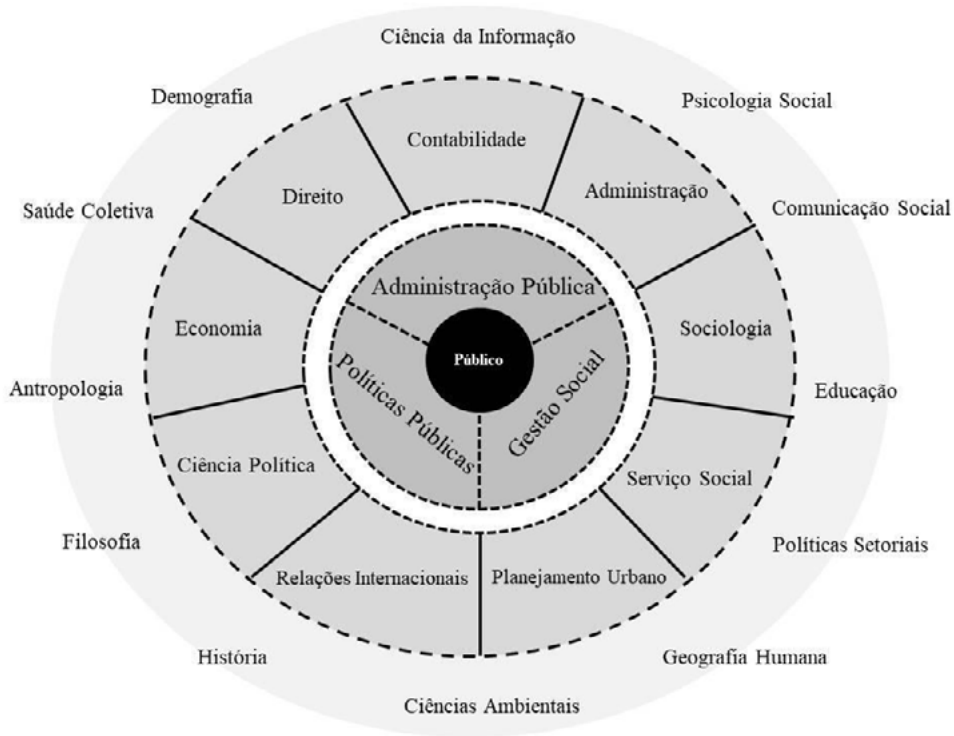
Esses temas-chave, identificados pelo professor Fenwick nas edições da TPA, estão, igualmente, presentes como *tracks* de congressos internacionais sobre *Public Administration Education*, como as conferências realizadas, por exemplo, pela *American Society for Public Administration* (Aspa), assim como nos tópicos do *Journal of Public Affairs Education* (JPAE), editado pela *Network of Schools of Public Policy, Affairs, and Administration* (Naspaa) nos Estados Unidos, acrescidos da questão sobre acreditação – tradicional na educação superior norte-americana em diversas áreas do conhecimento.

Em adição, destaca-se que, nesta década, as produções acadêmicas dos principais *journals* de *Public Administration Education*, concentradas, historicamente, em análises do ensino de gestão e políticas públicas na América do Norte e na Europa Ocidental, diversificaram-se com os estudos de caso de países da Ásia, Europa Central/Oriental, Oceania e América Latina. Cita-se, a título de ilustração, as primeiras edições dos periódicos TPA e JPAE em 2020 que, respectivamente, trazem uma edição especial sobre o ensino de políticas públicas na Austrália e um artigo sobre a educação em administração pública nas Filipinas. No caso do Brasil, o Campo de Públicas é exposto em dois artigos na TPA no último quinquênio: o primeiro *paper*, “*A new agenda for teaching public administration and public policy in Brazil: institutional opportunities and educational reasons*”, de autoria de Gomes, Almeida e Lucio (2015) e, o segundo trabalho, “*The Public Field in Brazil: toward a multidisciplinary educational approach for the professional with multiple roles*”, escrito por Lucio, Almeida e Silveira (2017).

Enfim, conectando as referências internacionais com o panorama do CP no Brasil, há em comum, na atualidade, uma variedade de nomes/abordagens de cursos de graduação e pós-graduação, com contribuições de muitas áreas de conhecimento que comungam do *ethos* público e que confirmam um espectro *lato sensu* de *public affairs*. E no Brasil, à luz de experiências como a norte-americana e a inglesa, temos, gradualmente, a afluência de pesquisadores de diversas áreas de conhecimento (Administração, Antropologia, Ciência Política, Ciência da Informação, Ciências Ambientais, Comunicação Social, Contabilidade, Demografia, Direito, Economia, Educação, Filosofia, Geografia Humana, História, Planejamento Urbano e Regional, Psicologia Social, Relações Internacionais, Saúde Coletiva, Serviço Social e Sociologia) que integram a identidade coletiva (tal como um senso de pertencimento) e multidisciplinar, com o aporte de diferentes áreas de conhecimento das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, de ensino e pesquisa em torno do lócus “público” e a partir dos subcampos de Administração Pública, Políticas Públicas e Gestão Social. A figura 1 esboça esse prisma do CP como uma concepção amplificada da representação visual retratada por Pires *et al* (2014) e emanada da Carta de Balneário Camboriú de 2010.

Em linhas gerais, a figura, tendo como cerne o lócus público e os subcampos de Administração Pública (Fadul *et al*, 2014), Políticas Públicas (Marques e Faria, 2013) e Gestão Social (Menon e Coelho, 2019), que perfazem o CP no Brasil, expressa duas camadas de interfaces disciplinares. A primeira, mais próxima e, portanto, com ligações fortes, é composta pelas áreas de conhecimento que moldaram os paradigmas de administração/gestão/políticas pública(s) no país como a Administração, a Ciência Política, o Direito e a Economia (Keinert, 1994). Um indício dos nexos da comunidade acadêmica do CP com essas disciplinas nos dias correntes é a oferta predominante de cursos de mestrado e doutorado em administração/gestão/políticas pública(s) por programas de pós-graduação (PPGs) das áreas de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) de: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo; Ciência Política e Relações Internacionais; e Planejamento Urbano-Regional e Demografia; e a ocorrência de alguns PPGs de “públicas” nas áreas de Economia, Interdisciplinar, Serviço Social e Sociologia.

Figura 1 Campo de Públicas no Brasil: lócus público, subcampos e interfaces disciplinares



Fonte: elaborada pelos autores.

Por seu turno, a segunda camada, mais distante e com interações mais fracas (ou menos frequentes), é matizada por um elenco de disciplinas que são transversais para o CP pelo compartilhamento de tópicos de estudo, e que também circunscrevem a procedência de uma parte do corpo docente dos cursos de graduação em termos de formação acadêmica. Em suma, trata-se de uma imagem mais aberta e inclusiva do CP, condizente com sua feição multidisciplinar e com a expansão da comunidade científica (e de práticas) que se identifica como Campo de Públicas ou se reconhece dentro de seus contornos no esteio do processo de institucionalização pós-DCNs.

A Trajetória Recente do Campo de Públicas (2015-2020)

A instituição das DCNs de AP, em 2014, é um marco do CP que caracteriza a sua institucionalização no ensino de graduação, sem, no entanto, perder seu âmago de movimento que aglutina, em rede, seus diversos atores. Como desdobramento dessas DCNs, foi criada, no segundo semestre de 2014, uma Comissão Técnica – pela Portaria nº 503, do Inep, publicada em 13 de outubro – para as ações de acompanhamento da avaliação *in loco* dos cursos de graduação que compreendem o CP. Essa criação adveio da demanda de um grupo de coordenadores e professores que se reuniu com a Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes) do Inep, em março de 2014, externando, na ocasião, uma preocupação com os critérios de avaliação, incluindo o conteúdo programático para a elaboração da primeira prova do Enade aplicável aos bacharelados do CP.

A Comissão Técnica (CT) foi formada por quatro integrantes da Daes/Inep e por 12 docentes do Campo de Públicas;¹ os representantes do CP foram escolhidos durante o XIII FP3CP, ocorrido no campus Litoral da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Matinhos, nos dias 8 e 9 de maio de 2014. A CT realizou quatro reuniões de trabalho de um dia cada, em setembro, outubro e novembro de 2014, e em fevereiro de 2015. Após essas reuniões para a elaboração do documento orientador para avaliação dos cursos de graduação do CP, uma minuta foi elaborada e debatida pelos membros do CT, resultando na versão final em maio de 2016. Essa versão foi oficializada e divulgada por alguns meses no site do Inep, sendo retirada no último trimestre de 2016. A previsão era de que fossem realizadas capacitações de docentes do CP para o processo de avaliação *in loco*. Todavia, com a mudança da presidência do Inep após Michael Temer assumir interinamente a presidência

1 A Comissão Técnica foi formada pelos representantes das Instituições de Educação Superior: Augusto de Oliveira Tavares, da Universidade Federal do Cariri (UFC); Carlos Raul Etulain, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Fernando Abrúcio, da Fundação Getulio Vargas de São Paulo (FGV-SP); Jaime Crozatti, da Universidade de São Paulo (USP); Júlio Cesar Andrade de Abreu, Universidade Federal Fluminense (UFF); Lindijane de Souza Bento Almeida, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Luciana Leite Lima, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Maria Isabel Rodrigues, da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (EG-FJP); Patrícia Vendramini, da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc); Rodrigo Rossi Horochovski, da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Sérgio Azevedo Fonseca, da Universidade Estadual Paulista (Unesp); e Suylan de Almeida Midlej e Silva, da Universidade de Brasília (UnB); e pelos representantes da Diretoria de Avaliação da Educação Superior do Inep: Claudia Maffini Griboski, Raphael Tiago Lenzi, Sueli Macedo Silveira e Suzana Scherz Funghetto.

da República na época (com o afastamento da presidente Dilma Rousseff para o julgamento do processo de *impeachment*), esse encaminhamento foi suspenso. Em 2017, o Inep instituiu um instrumento que unificou o processo de avaliação dos cursos de graduação presencial e a distância de todas as áreas de conhecimento.²

Embora a CT tratasse exclusivamente da avaliação *in loco*, o Enade sempre era mencionado, tanto que, da última reunião – em fevereiro de 2015 – para a finalização do documento, participou a coordenadora das comissões assessoras de avaliação do exame nacional. Na oportunidade, ela confirmou a realização do Enade para os bacharelados e graduações tecnológicas do CP, com a primeira edição agendada para novembro de 2015 e com as provas, em tese, adequadas às DCNs. Logo, nessa reunião foram discutidos os critérios para formação do Banco de Avaliadores (BASis) com a presença do responsável na época, e a CT encaminhou duas solicitações para o Inep sobre o cadastramento e a seleção de elaboradores de questões: (a) a realização de triagem pela atuação como professores e não somente pela formação acadêmica em administração pública; e (b) a inclusão do “Campo de Públicas” como item na área de atuação a ser indicada no cadastramento. No que se refere às avaliações *in loco*, não foi possível averiguar se esse pleito foi atendido, pois o seu fluxo foi, parcialmente, descontinuado. Porém, em relação ao Enade, a composição da comissão assessora de área atendeu ao perfil do corpo docente do CT somente na segunda edição, realizada em 2018; provavelmente, na primeira edição, em 2015, o Inep não teve tempo de operacionalizar os ajustes.

Em março de 2015, para avançar com a interlocução do CP com os órgãos oficiais de ensino e pesquisa, bem como para arregimentar os cursos de graduação em torno de uma agenda de ensino, pesquisa e extensão a partir da implementação das DCNs, foi fundada, durante o XV FP3CP realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Natal, a Anepcp, com a missão de coordenar “a geração, a expansão, o aprofundamento e a disseminação de conhecimentos próprios do Campo de Públicas (...) para a sua consolidação e a sua materialização como uma comunidade científica”.³ E, no segundo semestre de 2015, a Anepcp criou seu evento científico – o Enepcp – e realizou a primeira edição em Brasília, na

2 O instrumento de avaliação de cursos de graduação em vigor, desde 2017, está disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/instrumentos>.

3 Excerto de texto no site da Anepcp - <https://anepcp.org.br/acp/sobre>.

UnB e na Escola de Administração Fazendária (Esaf), entre os dias 30 de novembro e 3 de dezembro.

Desse modo, inicia-se a trajetória recente do CP pós-DCNs em 2015. No período subsequente, o processo de institucionalização do CP se manteve com alguns marcos ano a ano, compendiados no quadro 2.

Quadro 2 Marcos do Processo de Institucionalização do Campo de Públicas pós-DCNs

2015	<ul style="list-style-type: none">• Fundação da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (Anepcp), em março (Natal/RN);• Realização da primeira edição do Enade de Administração Pública (com provas distintas para os bacharelados e as graduações tecnológicas), em novembro. Participaram dessa edição 113 cursos de graduação do CP, sendo 50 bacharelados e 63 tecnológicos.• Realização do I Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (Enepcp), em dezembro (Brasília/DF), nas instalações UnB e Esaf;• Além do tradicional Enecap, iniciou-se a organização de encontros estudantis regionais (Erecaps Sul e Nordeste) e estaduais (Epecap/SP, Em Público/MG e Efecap/RJ). Ademais, os alunos criaram a Revista dos Estudantes de Públicas (REP) e o coletivo Oxente.
2016	<ul style="list-style-type: none">• Fundação da Pro Pública Brasil – Associação Brasileira de Profissionais e Egressos dos Cursos do Campo de Públicas, durante o Enecap, realizado em agosto (Natal/RN); foi o primeiro Enecap realizado na região Nordeste, organizado pelo curso de GPP da UFRN;• Nota Técnica nº 136/2016 da Secretaria de Regulação da Educação Superior (SERES) do MEC, com compreensão de que as DCNs de AP se aplicam a todos os cursos de graduação do CP: AP, GP, PP, GPP, GS e congêneres como o bacharelado de Ciências do Estado;• Inclusão da nomenclatura “Administração Pública” na área de avaliação 27 da Capes, pela Portaria nº 234/2016, alterando a denominação para “Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo”; uma demanda da comunidade acadêmica de AP para o reconhecimento dos seus PPGs, articulada pela Sbpap com a coordenação da área no triênio 2014-2016.

- 2017**
 - Alteração do nome da Feneap para Fenecap – Federação Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas – durante a comemoração de 10 anos de fundação da Feneap;
 - Publicação da Coletânea “Campo de Públicas em Ação”, organizada pelas professoras Luciana Lima (UFRGS) e Maria Isabel Rodrigues (FJP), sendo o primeiro livro sob o título CP e com a participação de professores e pesquisadores de diversos cursos de graduação;
 - Publicação das Resoluções Normativas do CFA, nº 507 e 505 de 2017, que dispõem sobre o registro profissional dos egressos de cursos de graduação conexos à Administração Pública, reconhecendo, respectivamente, os bacharelados de Gestão Pública e Gestão de Políticas Públicas e a graduação tecnológica em Gestão Pública. Contudo, os bacharelados de Políticas Públicas e de Ciências do Estado foram desconsiderados nessas resoluções;
 - Realização do II Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (Enepcp), em dezembro (Brasília/DF), na sede da Fiocruz e em conjunto com o III Fórum de Programas de Pós-Graduação em Administração/Gestão Pública da Sbpap.
- 2018**
 - Realização da segunda edição do Enade de AP, com provas distintas para os bacharelados e as graduações tecnológicas. Participaram dessa edição 141 cursos de graduação do CP, sendo 61 bacharelados e 80 tecnológicos;
 - Fim do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), impactando sobre as condições de oferta – e a consolidação da implementação – de alguns dos muitos cursos de graduação do Campo de Públicas que surgiram como projetos desse programa. Soma-se a esse fato o panorama de crise política do Estado brasileiro e seus efeitos sobre a educação superior pública em geral e o CP em particular, como demonstrado por Etulain *et al* (2018).
- 2019**
 - Cinco anos das DCNs de AP, completados em janeiro de 2019;
 - Realização do III Enepcp, em agosto (Natal/RN), retornando à cidade de fundação da Anepcp. O evento foi um marco quantitativo e qualitativo para o Campo de Públicas, com 721 participantes e a realização da I Mostra de Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora. Vários trabalhos apresentados nas sessões foram publicados como artigos em periódicos e capítulos de livros.

2020

- Interpelação por parte do CFA ao CNE com o objetivo de unificar as DCNs de AP do Campo de Públicas com as DCNs de Administração, durante o processo de atualização das DCNs de Administração no primeiro trimestre deste ano;
- Manifestação da Anepcp contrária a tal unificação, resultando em uma nota com 10 entidades signatárias para a manutenção das DCNs de AP. Além de lograr êxito, uma vez que as DCNs de AP foram preservadas, a carta, assinada por associações científicas (ABCP, Anpad, Anpocs, Anpur, RGS e Sdap) e organizações de estudantes e egressos (Fenecap, Oxente e Pro Pública Brasil) – exprimiu uma pluriinstitucionalidade do Campo de Públicas no país.

Fonte: elaborado pelos autores.

Nessa cronologia de atos e acontecimentos entre 2015 e 2020 são perceptíveis muitas conquistas e alguns obstáculos no processo de institucionalização do CP. Com efeito, a instituição das DCNs de AP (e sua implementação ou adaptação nos cursos de graduação), bem como a criação do Enade, constituíram um “documento de identidade” que ocasionou tanto a formalização do movimento CP na Anepcp como a congregação de pesquisadores no Enepcp. Os egressos dos cursos de graduação de AP, GP, GPP, PP e GS formados nesta década com o “DNA” do CP, almejando a valorização profissional, originaram a Pro Pública Brasil, enquanto os alunos ampliaram o movimento estudantil com eventos regionais e a estruturação de coletivos como o Oxente e iniciativas como o Fundo Campo de Públicas da FJP.

Já entre os obstáculos durante esse período, notam-se alguns embaraços com o Enade, o problema da descontinuidade do Reuni em cursos de graduação ofertados pelas instituições de educação superior (IES) federais e o imbróglio do registro profissional com o CFA que envolve, também, a desconsideração da formação acadêmica do CP em alguns concursos públicos.

Concernente ao Enade de AP, a primeira edição (2015) não refletiu, de fato, a realidade dos bacharelados do CP. Apesar dos esforços da CT para garantir uma comissão de avaliadores plural, os elaboradores escolhidos pelo Inep eram tão somente de AP na acepção de *management* e organizações públicas, produzindo uma prova que passou ao largo do conteúdo programático de políticas públicas e

relações entre Estado e sociedade. Na edição de 2018, essa falha foi corrigida pela Portaria nº 151, de 5 de março de 2018, do Inep; tanto é que os dois bacharelados que obtiveram nota 5 (cinco) foram de cursos – diametralmente opostos – de AP e PP. Entretanto, em geral, a média do desempenho dos estudantes de todos os cursos de graduação foi menor, sobretudo a dos alunos dos bacharelados em AP, modalidade à distância, ofertados pelo Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) da Capes pelo sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB) – composto por polos de ensino em universidades federais. Esse resultado chamou atenção da imprensa nacional, gerando matérias jornalísticas como a veiculada pelo Jornal O Globo no dia 4 de outubro de 2019, sob o título: “Enade: cursos de graduação na área de administração pública tiveram pior resultado entre os analisados em 2018”. Além disso, cumpre salientar a não adesão ao Exame de alguns cursos de graduação tradicionais do CP, como o de GPP da USP e o de PP da UFRGS.

Alusivo ao Reuni, vale lembrar que tal programa foi crucial para a criação de uma parcela significativa dos novos cursos de graduação do CP desde meados dos anos 2000, como também foi o responsável pela sua interiorização. Olhando, por exemplo, para os 61 bacharelados que realizaram o Enade 2018, 48 são ofertados por IES federais, 10 por IES estaduais e três por IES privadas. Com o fim dessa iniciativa do MEC, aliada à crise fiscal do setor público e a desvalorização da educação superior pública no governo Bolsonaro, vários bacharelados e algumas graduações tecnológicas que surgiram nos últimos anos podem se deparar com entraves para arrematar seu processo de implementação.

No tocante ao imbróglio do registro profissional com o CFA, encontram-se dois problemas: o primeiro é o não reconhecimento desse órgão de classe dos bacharelados de PP e Ciências do Estado, considerando a exigência do cadastro em tal conselho em muitos concursos públicos para gestor na administração pública municipal e em empresas públicas – neste caso, independente do nível de governo; e o segundo é a reação do CP, a partir de suas entidades (Anepcp, Pro Pública Brasil e Fenecap), ao PLS nº 439/2015 advogado pelo CFA, que “estabelece que cargos e funções com atribuições voltadas para os campos da Administração, em organizações privadas, não governamentais e públicas, somente poderão ser providos por tecnólogos e administradores profissionais regulares na forma da lei, que

ficam obrigados a comprovar, anualmente, perante organização empregadora, a regularidade com o Conselho Regional de Administração (CRA).” Nos últimos cinco anos, os atores do CP tem participado de audiências públicas e reuniões com senadores, deputados federais e comissões no Congresso Nacional para impedir a aprovação deste projeto de lei de teor corporativista; atualmente, a matéria encontra-se parada na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, no Senado.

Por fim, e não menos importante, convém sublinhar a interpelação do Conselho Federal de Administração à Câmara de Educação Superior do CNE no primeiro trimestre de 2020, mencionada no quadro 2, que retomou a contenda em torno das DCNs de AP, pelo alvitre do CFA de unificá-la com as DCNs de Administração. Embora essa articulação do CFA com alguns conselheiros do CES não prosperou diante da reação – coletiva e contundente – do CP, é um alerta para que a comunidade acadêmica de administração/gestão/políticas pública(s) permaneça, constantemente, em vigilância para a garantia de suas DCNs.

E imanente a essas conquistas e obstáculos na trajetória recente do CP, temos alguns desafios correntes, expostos e analisados na próxima seção.

Desafios Correntes do Campo de Públicas

Esta seção, bojo deste artigo, desvela 10 desafios correntes do CP e analisa os dados/informações de uma *survey* que solicitou a priorização de professores, pesquisadores, alunos e egressos sobre tais reptos. Para a apresentação dessa investigação e dos seus resultados, o texto foi dividido em quatro subseções.

A IDENTIFICAÇÃO DOS DESAFIOS E A ESCUTA DE INTEGRANTES DO CAMPO

Para identificar os desafios correntes do Campo de Públicas no país, os autores deste artigo cotejaram a literatura e os documentos expostos nas seções 2 e 3 com suas vivências no movimento e suas experiências na gestão de algumas instituições (Anepcp, Sbap, RGS e Divisão Acadêmica de Administração Pública da Anpad) e nos seus cursos de graduação. A seguir, o quadro 3 enumera os 10 desafios enunciados pelos autores e que compuseram a *survey* para a escuta dos integrantes do CP.

Quadro 3 Desafios Correntes do Campo de Públicas identificados pelos Autores

1	Implementação (ou adaptação) dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação a partir das DCNs homologadas em 2014.
2	Melhoria do processo de avaliação dos cursos de graduação do Campo de Públicas dentro do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES/Enade).
3	Continuidade do processo de desenvolvimento (quantitativo e qualitativo) dos cursos de graduação, considerando o movimento de expansão e fortalecimento do Campo de Públicas nos últimos 10 anos.
4	Aperfeiçoamento das matrizes curriculares, do processo de ensino-aprendizagem e da ação docente no âmbito dos cursos de graduação.
5	Consolidação das DCNs homologadas em 2013 junto ao Conselho Nacional de Educação e instituídas em 2014 pelo Ministério da Educação.
6	Incremento da atuação sistêmica dos cursos de graduação em prol de uma formação acadêmica interdisciplinar (para além de um arranjo multidisciplinar), baseada na articulação entre ensino, pesquisa e extensão e no diálogo contínuo entre estudantes, professores, egressos, parceiros e potenciais empregadores.
7	Acompanhamento dos egressos, relação com o setor público e sintonização do ensino de graduação com as demandas do mundo do trabalho.
8	Formação continuada dos docentes como professores para atuação efetiva e responsiva nos cursos de graduação.
9	Processo de valorização social e laboral da formação acadêmica do Campo de Públicas e/ou regulamentação da profissão.
10	Expansão da identidade do ensino de graduação do Campo de Públicas para o Sistema de Pós-Graduação, com a criação, por exemplo, de uma área de avaliação na Capes.

Fonte: elaborado pelos autores.

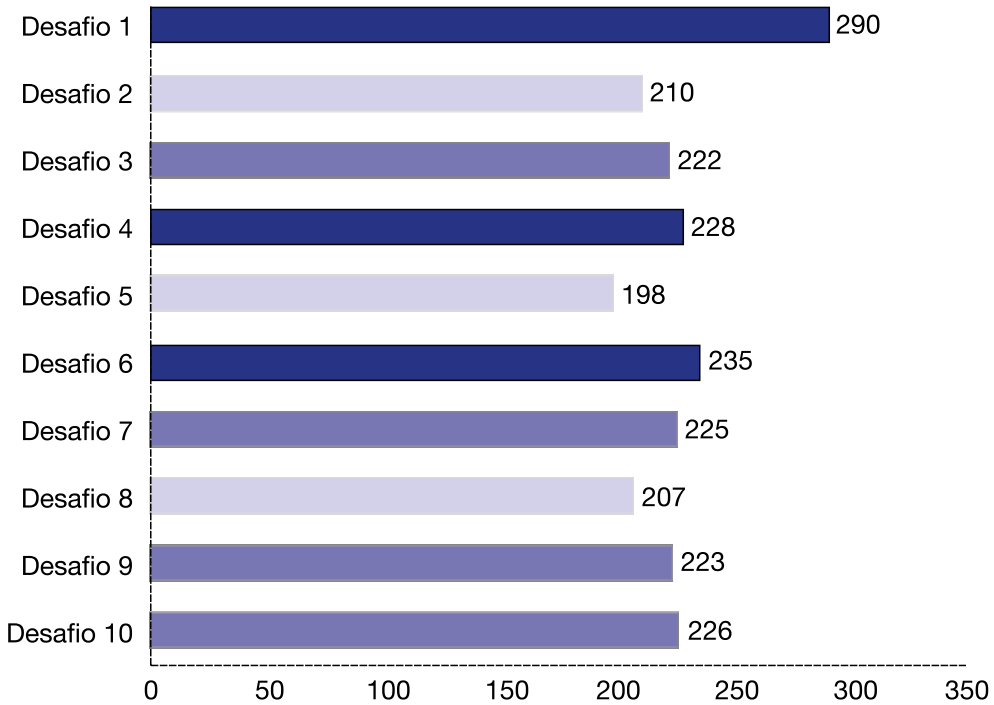
Esses reptos integraram um questionário, na forma de *survey* (com tempo de resposta estimado em 3 minutos), divulgado nos *mailings* e nas redes sociais do CP entre 29 de junho e 06 de julho de 2020. Após as perguntas de caracterização dos respondentes, foi requisitado que, a partir dos “10 desafios listados para a consolidação do Campo de Públicas no Brasil como área de ensino e pesquisa”, cada um indicasse uma priorização com base em sua opinião (considerando 1 como o mais prioritário e assim sucessivamente). Ao final do questionário, havia uma questão aberta, qual seja: “Aponte, se desejar, quaisquer outros desafios que você julga fundamentais para a consolidação do Campo de Públicas no Brasil nos próximos anos.” No total, foram recebidas 365 respostas e todas foram validadas.

Quanto ao perfil dos respondentes, 138 são docentes, 114 são investigadores, 145 são estudantes e 81 são antigos alunos do CP. As unidades da federação dos cursos superiores a que estão vinculados que mais tiveram respondentes foram: SP (67), MG (55), RJ (54), RN (51), SC (31), DF (24), RS (23), PR (18) e CE (14). Do universo de respondentes, 76% pertencem a cursos localizados em capitais e 24% são de cursos situados em cidades do interior, bem como 95% são de cursos ofertados predominantemente na modalidade presencial e 5% são de cursos providos prevalentemente na modalidade à distância.

O desafio que obteve o maior número (158 respostas) de classificações como de primeira ordem foi o Desafio 6 que aborda o “Incremento da atuação sistêmica dos cursos de graduação”, seguido pelo Desafio 9, que trata da valorização profissional e laboral (148 respostas), e pelo Desafio 4, que menciona o aperfeiçoamento das matrizes curriculares, do processo de ensino-aprendizagem e da ação docente (137 respostas).

Para uma análise mais abrangente, entretanto, considerou-se a soma dos desafios classificados como um dos três de primeira ordem. Assim, os desafios indicados entre os três prioritários pela maioria dos respondentes foram: o Desafio 1, que aborda a implementação dos projetos pedagógicos a partir das DCNs (290 menções entre os três prioritários); o Desafio 6, sobre atuação sistêmica (235 menções entre os três prioritários); e o Desafio 4, que menciona o aperfeiçoamento das matrizes curriculares, do processo de ensino-aprendizagem e da ação docente (228 respostas entre os três prioritários). O Gráfico 1, a seguir, exhibe tal resultado, indicando o número de menções recebida por cada desafio na priorização entre os três de primeira ordem.

Gráfico 1 Desafios Correntes do Campo de Públicas: número de menções como prioridade entre os três de primeira ordem



Fonte: elaborado pelos autores, baseado no resultado da *survey*.

De modo geral, excetuando-se os extremos – desafio 1 e desafio 5 –, o gráfico deixa patente um equilíbrio entre os demais desafios pela opinião dos respondentes. À vista disso, na sequência, as subseções 4.2, 4.3 e 4.4 contextualizam, respectivamente, cada um dos blocos de três desafios, formados pelo número de menções – do maior para o menor – registrado na figura 1.

OS TRÊS DESAFIOS PRIORITÁRIOS

Implementação (ou adaptação) dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação a partir das DCNs homologadas em 2014

Como supradito e visualizado no gráfico 1, esse desafio recebeu 290 menções entre os três prioritários, certamente pela sua centralidade pós-DCNs, haja vista que o artigo 12 dessa regulamentação determina que Instituições de Educa-

ção Superior que ofertam bacharelados no CP devem, obrigatoriamente, colocá-la em prática no prazo máximo de dois anos.

Em prol de um senso de pertencimento, urge renomear as DCNs de “Administração Pública”, quando viável política e institucionalmente, para Campo de Públicas ou outro termo que traduza a ideia de *public affairs* e a natureza multidisciplinar dessa área de ensino e pesquisa, cujos cursos de graduação interpenetram diversas áreas de conhecimento, conforme apresentado na Figura 1. É o que ocorria, por exemplo, com a área de Comunicação Social e suas habilitações como Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas, ainda que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabeleça em seu Art. 9º § 2º que as DCNs devem ser formuladas “para os cursos” (e não para áreas de conhecimento ou campos do saber).

No CP, a alusão às DCNs como de AP ainda causa resistência à normativa (e ao Enade) por parte de alguns bacharelados e docentes, mesmo que o Inep tenha reafirmado por nota técnica sua aplicação a todos os cursos de graduação. Como a pluralidade de nomes e abordagens (AP, GP, PP, GPP, GS e Ciências do Estado) constitui intrinsecamente o ideário de um “campo” de “públicas”, um dos respondentes – na questão aberta – adverte para a importância de reduzir a primazia do subcampo de Administração Pública. Na mesma direção, outro respondente assevera:

Fundamental é reconhecer a diversidade interna do Campo, que está na identidade de seus cursos, para além da valorização da multi e interdisciplinaridade, que já está dada e que marca os projetos pedagógicos. Alguns cursos não se veem nas DCNs porque ela tem cara de Administração, precisamos avançar na discussão da diversidade do campo.

Num ponto de vista mais além, um dos participantes da *survey* enfatiza o desafio de construção de um arranjo interdisciplinar do CP que escape das “sombras” das disciplinas fundantes:

Um elemento que considero fundamental envolve a **identidade** do campo e, indo além, dos próprios cursos. Recordo-me de uma frase dita em um dos encontros do Campo de Públicas: “unidade na diversidade”, dada nossa pluralidade de cursos, formação de pesquisadores, multidisciplinaridade etc. Ocorre que, em minha visão, a luta que nos uniu lá em abril e 2010, na audiência pública em Brasília no CNE/CSE, que foi o pontapé inicial para as DCNs, se perdeu. Ainda existe certa mobilização, principalmente, quando temos

algum movimento corporativista do CFA/CRA, mas não vamos além. A Anepcp foi uma grande conquista, mas em dados momentos, pelas discussões e desdobramentos que acompanho, tenho a percepção que tiramos o curso de Administração Pública e o Campo de Pública da "sombra" da Administração (de empresas) para ficar sobre a "sombra" da Ciência Política/Sociologia. Em verdade, parece que este é o eterno "dilema" para construção da identidade do campo [a velha dicotomia política-administração]. Trata-se de uma área sempre (aparentemente) tutelada (seja pelo viés empresarial da Administração, seja pelo viés mais fluido da ciência política/sociologia). Este é o grande desafio em minha leitura, sem uma identidade seguimos "sem rumo" aos sabores dos grupos/áreas de conhecimento, que nos reclamarem pra si. (grifo do respondente).

A natureza e a multiplicidade do CP são aludidas, similarmente, no próximo desafio.

Incremento da atuação sistêmica dos cursos de graduação em prol de uma formação acadêmica interdisciplinar (para além de um arranjo multidisciplinar), baseada na articulação entre ensino, pesquisa e extensão e no diálogo contínuo entre estudantes, professores, egressos, parceiros e potenciais empregadores

Esse desafio foi mencionado por 235 respondentes entre os três desafios prioritários do CP. Nos ângulos institucional e organizativo, o CP vem ganhando densidade material e força política, conforme descrito nas seções 2 e 3. A articulação entre docentes, discentes e egressos com órgãos da administração pública e organizações da sociedade civil e do mercado vem contribuindo para a conquista de espaço e reconhecimento da formação acadêmica do CP. É inescapável, entretanto, ir mais adiante.

O CP é instigado a inovar no ensino (interdisciplinaridade, flexibilidade, práticas inovadoras de formação), na pesquisa e na extensão, buscando auxiliar na solução de problemas nacionais, regionais e locais, em articulação com a pós-graduação. Isso requer um tipo de interlocução entre academia, governos e sociedade com vistas à sinergia, em ações qualificadoras dos fazeres formativos e da oferta de políticas e serviços públicos.

Respondentes da *survey* enfatizaram a relevância de "pesquisas voltadas para problemas habituais identificados na Administração Pública, especialmente àqueles dos âmbitos interno e setorial das suas instituições"; o "desenvolvimento

de pesquisa aplicada”; a “atuação mais ativa da academia na pesquisa e elaboração de políticas públicas”; a “relação mais próxima do curso de políticas públicas com o poder público como uma possibilidade de viver na prática os processos de implementação e gestão de políticas públicas”; e “o incentivo ao envolvimento dos estudantes em atividades de pesquisa e extensão que articulem o ensino às práticas no serviço público”.

De acordo com um dos participantes:

É muito importante o engajamento político a partir das pautas sociais para os estudantes. Acho que o curso deveria proporcionar ao estudante de graduação aulas práticas com um fim social, prioritariamente, em áreas carentes da cidade. Assim, ajudaria o aluno a entender as dificuldades que irão enfrentar dentro do setor público, como também, a difundir o curso para além do campo universitário, mas sim para a sociedade, apresentando um profissional competente, responsável e inovador, que irá trabalhar em prol da melhoria social.

Outro participante da *survey* assinala que o maior desafio do CP é demonstrar sua contribuição para a melhoria da qualidade dos serviços e das políticas públicas:

O Campo de Públicas, enquanto ciência, tem um campo de batalha complexo, porém conhecido. O Campo de Públicas enquanto ferramenta para promoção do setor público eficiente, com serviços públicos de qualidade, racionais e com ética republicana ainda possui um campo de batalha muito pouco explorado. Portanto, na minha visão, o maior desafio é entender como, e aonde, o Campo de Públicas pode contribuir **efetivamente** para a melhoria de qualidade dos serviços e políticas públicas. Quais habilidades e conhecimentos são efetivamente necessários no dia a dia do setor público para promover uma transformação radical na qualidade da administração pública? Esse é o maior desafio. (grifo do respondente).

Um participante destaca, ainda, a necessidade de conhecer a realidade e os processos cotidianos da gestão pública, sobretudo nos municípios, contribuindo para mudanças “por dentro” da burocracia e da gestão, evitando visões idealizadas:

Sair do campo [estritamente] ideológico que atrasa e limita o debate do Campo de Públicas e entrar para uma discussão pautada na realidade, sobretudo nos municípios brasileiros. (...). Se o CP não ocupar esse espaço, de transformação dentro da burocracia real (e não a imaginária e por vezes romantizada pelo debate político) correremos o risco de ver este espaço ocupado por outras áreas, como a economia, ciências contábeis e o direito (e até a engenharia!).

Essa visão é complementada por comentários que apontam a necessidade de “[nos] aproximarmos de municípios, suas associações e representantes, diagnosticando e contribuindo para o aperfeiçoamento de suas gestões”; “estar conectado com as inovações do setor público, formar profissionais preparados para novas formas de atuação como gestor público”, bem como incentivar a “integração entre as diversas comunidades: estudantes de graduação, profissionais, estudantes de pós, professores, pesquisadores e atores políticos eleitos”. Um dos respondentes enfatizou o papel dos coordenadores de cursos para “fora do curso”, empenhando-se para “o estabelecimento de parcerias com outros órgãos governamentais”.

Aperfeiçoamento das matrizes curriculares, do processo de ensino-aprendizagem e da ação docente no âmbito cursos de graduação

Sobre este último desafio do bloco, com 228 menções entre os três prioritários, os participantes da *survey* destacam a possibilidade de mais articulação de elementos teórico-conceituais com aspectos instrumentais e práticos da atuação pública. Um dos respondentes comenta:

Enquanto os professores não entenderem que precisamos ter um tipo de docente com experiência na gestão pública, a formação sempre será desequilibrada – a formação (...) que existe em sala de aula vai se sobressair (**sempre!**) sobre a técnica e jurídica demandada pelo Estado. (grifo do respondente).

Outros apontamentos dos respondentes expressam a amplitude e variedade de propostas a serem interpretadas à luz da “unidade na diversidade”, perante a territorialidade de cada curso do CP e a pluralidade de seu corpo docente. Com essa ponderação, um participante aponta, a título de exemplo, a necessidade de incluir o ensino de línguas, incluindo línguas indígenas brasileiras:

A obrigatoriedade de no mínimo duas disciplinas de línguas, sendo no mínimo uma alguma língua indígena brasileira. A partir de noções básicas de uma língua indígena brasileira na formação do profissional do Campo de Públicas estaremos diminuindo a distância da compreensão sobre a formação do Estado brasileiro.

Entre outras sugestões aventadas pelos participantes estão tanto “introduzir ferramentas da iniciativa privada dentro da administração pública sem tornar o Es-

tado privatizado” e “liderar o movimento de digitalização do serviço público”, como “não se tornar uma área meramente de gestão, mas de reflexão sobre a atuação estatal”, “avanço no campo das públicas em relação ao comum e a inovação social”, com “ênfases continuadas em: (1) fundamentos de ciência/filosofia política, (2) liderança como serviço principal do gestor [e] (3) engajamento cívico como cultura a ser plantada.”

Ressalta-se, ainda, segundo alguns respondentes, a importância da apreciação sobre ferramentas tecnológicas e seu uso na graduação pela “avaliação das ferramentas mais adaptáveis aos cursos do Campo de Públicas às novas demandas de atividades remotas de ensino, inclusive, estágios, pesquisa e extensão” e com “debates acerca dos potenciais das ferramentas tecnológicas, mas também dos seus limites e como o Campo poderá suprir tais limites.”

O SEGUNDO BLOCO DE DESAFIOS PRIORITÁRIOS

Este bloco é formado pelos desafios 10, 9, 7 e 2 que, consoante o gráfico 1, tiveram – nesta ordem – 226, 225, 223 e 222 menções como prioridade entre os três de primeira ordem.

Expansão da identidade do ensino de graduação do Campo de Públicas para o sistema de pós-graduação, com a criação, por exemplo, de uma área de avaliação na Capes

Esse desafio refere-se ao universo da pós-graduação e da pesquisa, no sentido de fortalecer o *status* do CP como área de conhecimento multidisciplinar, na interpenetração entre as Ciências Sociais Aplicadas e as Ciências Humanas, voltado para temas científicos relativos ao interesse público e ao bem-estar coletivo que abarcam a gestão governamental, a análise de políticas públicas e a governança pública entre Estado e sociedade. O desdobramento dos cursos de graduação do CP em PPGs com cursos de mestrado e doutorado e o aumento da produção científica sobre o objeto de estudo “público”, tendem, naturalmente, a avançar em direção a uma área de avaliação específica na Capes (Farah, 2018).

Aqui, os conflitos não são de jurisdição profissional, como os enfrentados pela graduação nas contendas com o CFA, mas de jurisdição acadêmica entre as áreas de conhecimento no âmbito do sistema de pós-graduação e pesquisa do

país, representados pela Capes e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na esfera federal. No âmbito da Capes, por exemplo, as lutas nesta década ocorreram dentro de algumas áreas de avaliação para o reconhecimento do “público”, como a reportada no quadro 2 (e levada a cabo pela Sbp), para inclusão da nomenclatura de AP na área 27 – até 2015, intitulada “Administração, Ciências Contábeis e Turismo”, mesmo com a presença de 20 PPGs de Administração/Gestão Pública entre mestrados acadêmicos, mestrados profissionais e doutorados. Na Ciência Política e Relações Internacionais, por seu turno, o crescimento de PPGs de Políticas Públicas foi significativo neste decênio, correspondendo – no ano de 2020 – a um quarto dos cursos de mestrado e doutorado reconhecidos pela Capes na área de avaliação 39.

Como forma de materializar no CP a articulação entre a graduação e a pós-graduação, participantes da *survey* sugerem a criação de programas de pós-graduação específicos dentro dos seus subcampos, que considerem as diferenças regionais, ampliando a oferta de cursos de mestrado e doutorado acadêmicos e profissionais em regiões com carência de PPGs, como Norte e Nordeste. Ademais, apareceram como sugestões: “concursos públicos para docentes que vinculem a graduação no Campo de Públicas como requisito a vaga de professor de administração pública e gestão pública.”; “mais financiamento para pesquisas na área e ampliação do número de periódicos qualificados com especificidade para o Campo”, “apoio a egressos do Campo para que sigam estudos pós-graduados”, além da concretização de “uma sólida e integrada comunidade científica do Campo de Públicas”.

Acompanhamento dos egressos, relação com o setor público e sintonização do ensino de graduação com as demandas do mundo do trabalho

Alguns cursos de graduação do CP acompanham de modo sistemático seus egressos, mas é notório que não há, ainda, um mecanismo sistemático para fazê-lo de maneira contínua e articulada nacionalmente. Dentre as iniciativas recentes e promovida pelos próprios egressos, destaca-se a Pró Pública Brasil, que, desde 2016, conduz algumas ações que tencionam a relação do CP com a seara do exercício profissional.

Entre os participantes da *survey*, um compreende o desafio da inserção dos egressos no mercado de trabalho como crucial: “Penso que o mais desafiador é

“aumentar a inserção de nossos alunos no mundo profissional, na área de Públicas.” E alguns visualizam possibilidades para tal: “Creio que a porta de entrada definitiva do campo nos governos municipais e estaduais pode se dar através dos egressos, que em sua maioria perdem o vínculo após a graduação”; “os egressos podem ser a porta de entrada para novos programas de estágio e projetos específicos entre cursos do CP e poder público.”

Sobre os entraves, segundo um respondente, existe um “fosso gigantesco” entre os possíveis espaços de atuação do gestor públicos e os lugares em que os egressos de fato atuam. Outro, diz: “Sem dúvidas, a incorporação no mercado de trabalho enquanto Analista de Políticas Públicas é um dos maiores desafios – atualmente, acaba ficando limitado no prosseguimento [dos estudos] de mestrado”. Pelas palavras de um participante, talvez seja bem-vindo um processo de “formação continuada para egressos visando atualização após a conclusão do curso”.

Diversos respondentes apontam o quão importante é o suporte aos alunos recém-formados. O “apoio e investimento de conhecimentos nas Empresas Juniores” é visto como um dos caminhos, além da ampliação de espaços de estágio, a exemplo de prefeituras, câmaras de vereadores e assembleias legislativas estaduais. Foram referenciados programas de *trainee*, a exemplo do trabalho realizado pela ONG Vetor Brasil, e práticas de residência em gestão e políticas públicas: “Acredito que a melhoria qualitativa e ampliação das possibilidades de atuação passam por iniciativas como residências articuladas nacionalmente”. Diante dessa menção, vale salientar as experiências prévias de residência no CP. Regionalmente, pode-se citar o “Mais Gestores”, assim concebido pela Feneap e implantado como um programa de residência em municípios em Santa Catarina desde 2016, levado a cabo pela Escola de Governo de Santa Catarina (ENA) em conjunto com a Udesc Esag; e, no nível local, as iniciativas de residência de cursos de graduação do CP como processo de ensino-aprendizagem, a exemplo da Residência em Políticas Públicas da UnB (Midlej e Silva *et al*, 2015) e da Residência Social da UFBA (Schommer e França Filho, 2010).

Um dos participantes frisa que as atividades dos estagiários e o trabalho dos egressos são, por si mesmos, fulcrais para a valorização de profissionais do CP:

Os formandos precisam demonstrar utilidade para as organizações públicas, respeito aos servidores e contribuir com algo novo de forma incremental. Seremos reconhecidos

pela nossa capacidade de contribuição. Precisamos deixar de ser promessa para nova gestão contribuindo com projetos consistentes, ir além do discurso. Desta forma ganharemos notoriedade.

Outro participante sugere que os eventos do CP, para além de palestras e debates científicos, sejam espaços para celebrar e anunciar acordos de cooperação técnica com o setor público, sintonizando o ensino e a pesquisa com projetos de intervenção nos governos e organizações públicas. Enfim, a inserção profissional dos egressos está ligada, outrossim, ao penúltimo desafio deste segundo bloco, que trata da valorização social e laboral da formação e da regulamentação da profissão.

Processo de valorização social e laboral da formação acadêmica do Campo de Públicas e/ou regulamentação da profissão.

Um dos participantes da *survey* realçou a imprescindibilidade de “reconhecer e legitimar as profissões dos egressos dos cursos do Campo (gestor público, gestor de políticas públicas, gestor social e administrador público)”. Outro participante observa que não há uma identidade profissional entre os egressos do CP. Outro, ainda, mencionou “a ausência dos cursos do Campo de Públicas em muitos dos editais de concursos públicos e a insegurança dos discentes em relação ao mercado de trabalho”. Nessa perspectiva, um respondente disse: “Até hoje precisamos explicar o que é o Campo de Públicas em diversas situações.”

Um dos caminhos para enfrentar as resistências corporativistas (como a do sistema CFA/CRA), o desconhecimento relativo do CP e as dificuldades de inserção profissional é desenvolver um conjunto de estratégias para valorização social e laboral da formação acadêmica do Campo. Isso conclama, na visão de respondentes, por concertação e divulgação junto a potenciais empregadores e mesmo à sociedade, devendo o Campo “atuar junto aos órgãos e entidades onde os graduados possam atuar profissionalmente para que [o setor público] conheça melhor a formação dos egressos”, assim como ajudar a desconstruir o senso comum e a “imagem [pejorativa] do serviço público na sociedade (...) e as visões de certos governantes que contribuem para culpabilizar, desmoralizar e criminalizar os servidores, a ciência, a pesquisa”.

Sobre a atuação profissional no setor público-estatal, alguns participantes preconizam: “Aproximação com os governos locais, valorização do profissional

da área nos concursos públicos, reconhecimento do profissional nas diferentes funções comissionadas.”; e “influenciar a criação, manutenção e desenvolvimento de carreiras específicas de gestão no setor público, nas três instâncias federativas, exigindo-se mais profissionalização”. Nessa lógica, alguns advogam pela regulamentação da profissão por força da lei como uma forma remover as barreiras nos concursos públicos e não ficar “refém” do registro profissional no CRA, exigido em alguns certames. No pensar de um respondente, uma futura previsão legal dos contornos profissionais do CP, incluindo as diversas denominações dos cursos, garantiria:

Legitimidade jurídica para concorrer nos concursos destinados a áreas administrativas, sobretudo, às destinadas exclusivamente àqueles que tenham formação de administrador de empresas. É muito incoerente [uma parte dos] egressos do Campo de Públicas não poder concorrer às vagas no serviço público destinadas somente a administradores (de empresas).

Nesse diapasão, alguns participantes apregoam, ainda, a necessidade de criação de um Conselho Profissional (tal como um órgão de classe) que regulamente a profissão, fiscalize sua atuação e seja capaz de lutar pelos direitos dos egressos, para que estes sejam “reconhecidos como profissão, com piso salarial e todos os direitos de um profissional registrado”.

Finalizando este desafio sobre o mercado laboral do CP, vale lembrar que, além do setor público-estatal, existem muitas oportunidades para os egressos dos cursos do Campo em uma miríade de organizações do terceiro setor e em diversas funções na iniciativa privada. O Laboratório de Gestão Governamental da EACH-USP e a Empresa Júnior Vertuno desenvolveram, no triênio 2017-2019, um guia, composto por vídeos e textos, que apresenta as possibilidades de trajetória profissional em 20 segmentos ocupacionais, organizado no *site*: <http://www.cartilha.vertuno.com.br>.

Continuidade do processo de desenvolvimento (quantitativo e qualitativo) dos cursos de graduação, considerando o movimento de expansão e fortalecimento do Campo de Públicas nos últimos 10 anos

O crescimento do CP no ensino de graduação, sobretudo a oferta de bacharelados, foi uma decorrência tanto do Programa Reuni nas universidades pú-

blicas federais como do processo de expansão de alguns sistemas estaduais de educação superior. Logo, a limitação de investimento na educação superior pública prevista para os próximos anos, em função de limites constitucionais, do cenário econômico hodierno e do panorama político do país, somada às consequências da pandemia do Covid-19, tende a inviabilizar a manutenção satisfatória e o imperativo de constante aperfeiçoamento de um enorme contingente de cursos. Muitos respondentes foram taxativos sobre a necessidade de recursos financeiros, tecnológicos e humanos para a consolidação dos cursos implantados nesta década.

Já para o movimento CP em geral, para além da situação particular dos cursos de graduação, alguns participantes propõem o robustecimento das relações entre as entidades do Campo com as associações/agregações governamentais e de funcionários públicos, porquanto julgam que "(...) a articulação entre elas é incipiente." Na mesma linha, outro respondente considera que falta integração entre organizações como Fenecap, Pró Pública Brasil e Anepcp, as quais não estariam próximas o suficiente da realidade dos cursos e, no caso da última, constituiria "um reduto elitizado de docentes e pesquisadores". Urge, neste sentido, uma aproximação com as comunidades acadêmicas dos bacharelados ofertados na modalidade à distância (PNAP/UAB) e dos cursos de graduação tecnológica oferecidos pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e pelas universidades e faculdades privadas.

Outro participante aviva a monta de "continuar e fortalecer o processo de articulação entre os diversos cursos, no sentido da aproximação institucional e troca de experiências, por meio, por exemplo, da retomada do Fórum de Professores e Coordenadores do Campo de Públicas."

O TERCEIRO BLOCO DOS DESAFIOS PRIORITÁRIOS

Para finalizar esta seção 4, os desafios 2, 8 e 5, que receberam menor número de menções entre os três prioritários, são explanados sem pormenores, visto que uma parte da discussão desses reptos já foi feita nas seções 2 e 3; além disso, houve poucos comentários na questão aberta da *survey* relacionados com esses pontos.

Melhoria do processo de avaliação dos cursos de graduação do Campo de Públicas dentro do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES/Enade)

O aprimoramento do processo de avaliação dos cursos de graduação do CP foi apontado entre os três prioritários por 210 respondentes, sendo que um deles sugeriu a elaboração de “indicadores de avaliação de efetividade dos cursos.”

Sobre o Enade, discutido previamente na seção 3, compreende-se que, na primeira edição em 2015, alguns cursos de graduação não estavam aptos a participar do exame diante da adequação às DCNs instituídas no ano anterior – o que justifica a não adesão. Todavia, a ausência de alguns bacharelados tradicionais do CP na segunda edição, em 2018, precisa ser debatida, assim como o desempenho abaixo da média (conceito 2) de muitas graduações ofertadas por IES públicas na modalidade à distância.

A organização de processos de autoavaliação nos cursos de graduação do CP, enfatizando aspectos peculiares de cada realidade, é um tópico que pode (e deve) complementar os instrumentos de avaliação do SINAES/Enade, visando detectar as fragilidades e potencialidades de cada bacharelado e graduação tecnológica a partir das suas condições de oferta (perfis do quadro docente e do corpo discente, por exemplo) e dos seus impactos locais.

Formação continuada dos docentes como professores para atuação efetiva e responsiva nos cursos de graduação

Esse desafio foi mencionado por 207 participantes da *survey* entre os três prioritários. Apontamentos na questão aberta incluíram: a necessidade de “aprofundamento metodológico dos professores”; a importância de contar com “docentes formados em Gestão Pública dando aula nos cursos [do CP]”; e uma observação sobre a “ausência de professores mestres e doutores em Políticas Públicas”.

São comuns nos eventos dos estudantes (Enecap e Erecaps) rodas de conversa e debates que declaram dois tipos problemas nos cursos de graduação relativos aos docentes: a insuficiência de preparo didático e baixo comprometimento com as atividades de ensino na graduação (até pelo maior incentivo à pós-graduação e pesquisa nas universidades públicas); e a quase ausência de professores com o “DNA” do Campo de Públicas, formados nos próprios cursos – ou com titulação

na pós-graduação nos subcampos de administração/gestão/políticas pública(s) – e com uma visão mais holística das suas interfaces disciplinares. Sem embargo, existe um aspecto “geracional” nessa última lacuna que, gradativamente, deve ser dirimido no decorrer da próxima década, conforme conjecturou Pires et al (2014):

(...) nos próximos 5 a 15 anos, a primeira geração dos egressos do Campo de Públicas, provavelmente, se transfigurará em professores e pesquisadores com tal perspectiva [interdisciplinar]. Ou seja, assim como os docentes do presente tiveram, comumente, uma formação acadêmica disciplinar e construíram cursos de graduação multidisciplinares no Campo de Públicas, futuramente, os docentes-egressos do Campo, mais habituados ao agrupamento de conhecimentos, podem integrar as multidisciplinas (na acepção de justaposição de matérias disciplinares) em interdisciplinas (na acepção de cooperação real e recíproca entre os saberes disciplinares) (Pires et al, 2014, p. 125).

Consolidação das DCNs homologadas em 2013 junto ao Conselho Nacional de Educação e instituídas em 2014 pelo Ministério da Educação

Entre os 10 desafios correntes do CP, esse foi o que obteve o menor número (198) de menções entre os três prioritários. As investidas do CFA no CNE no primeiro trimestre de 2020, propondo a unificação das DCNs de AP às DCNs de Administração, mostra que as entidades do Campo de Públicas devem, constantemente, estar precavidas para evitar qualquer retrocesso na identidade do seu ensino de graduação. Como as DCNs de AP são recentes e foram matéria de intensa disputa, tendo em conta os “ventos desregulamentadores” que têm soprado no MEC e no CNE nos últimos anos, é vital um processo ininterrupto de acompanhamento da norma e de diálogo com os órgãos de regulação educacional.

Considerações Finais

Em suma, este artigo buscou descrever a trajetória do Campo de Públicas a partir de 2015, tendo como baliza a implementação de suas DCNs no ensino de graduação, além de analisar seus desafios correntes em termos institucionais, pedagógico-científicos e de inserção profissional. Muito se fez, se faz e há por fazer em prol do desenvolvimento de um Campo multidisciplinar por natureza, que emblema a “unidade na diversidade” em torno do lócus “público” e da noção de *res*

pública, com pluralidade de atores, projetos político-pedagógicos e relações dentro da academia e com a sociedade.

O texto desvelou como o CP tem construído uma identidade coletiva e formado uma comunidade científica no Brasil, apontando avanços e percalços próprios da edificação de um novo campo de conhecimento, e especificando marcos e dados históricos recentes para ajudar a (re)interpretar o seu percurso. Mostrou-se, também, o reconhecimento e a ampliação do Campo como área acadêmica, diante da bibliografia produzida nos últimos cinco anos, e como área de formação profissional relevante, atenta às grandes questões do setor público e da sociedade brasileira.

Baseado na revisão da literatura e na análise de documentos sobre o ensino e a pesquisa em administração/gestão/políticas pública(s) no Brasil, bem como na experiência dos atores deste artigo no movimento CP, o artigo enunciou 10 desafios para o Campo que englobam elementos estruturais e conjunturais, nas dimensões pedagógico-científica, institucional e profissional. Esses reptos foram examinados por 365 integrantes (professores, pesquisadores, alunos e egressos) do CP, que participaram de uma *survey* sobre o tema, indicando uma priorização e contribuindo com ideias/percepções de caminhos a porvir.

Os desafios mais mencionados entre os três prioritários referem-se à implementação ou adaptação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação a partir das DCNs instituídas em 2014, incluindo o aperfeiçoamento das matrizes curriculares, dos processos de ensino-aprendizagem e da ação docente no âmbito cursos de graduação. Indica-se a necessidade e a possibilidade de avançar em prol de uma formação acadêmica interdisciplinar (para além de uma disposição multidisciplinar), baseada na articulação entre ensino, pesquisa e extensão e no diálogo contínuo entre discentes, docentes, egressos, parceiros e empregadores. A capacidade de contribuição do CP para os problemas públicos locais e nacionais passa pela conexão entre a formação acadêmica e a inserção profissional dos egressos, pela valorização social e laboral da formação acadêmica no Campo e/ou pela regulamentação da profissão.

Depoimentos e preocupações expressas pelos participantes da *survey* demonstram os vínculos e tensões inerentes ao binômio identidade-multidisciplinaridade na conformação de um Campo que abarca cursos de graduação heterogê-

neos, associado a uma comunidade científica multidisciplinar, nova e plural, permeada por múltiplas áreas de conhecimento, ainda que oriunda historicamente da Administração Pública e das Políticas Públicas, estas também transformadas nas últimas décadas. Ainda que unido por valores como o republicanismo e a democracia, e em torno do “público” como objeto de ensino e pesquisa, o CP se depara com conflitos de articulação e complementariedade na formação acadêmica, entre suas dimensões político-social e administrativa-gerencial e as orientações teórico-científica e técnica-profissional.

Quanto às limitações da análise, cabe observar que os autores do texto são atores ativos na trajetória do CP, o que traz as possíveis vantagens e desvantagens da proximidade, ou da falta de distanciamento. Buscou-se certo equilíbrio no fato de atuarem em IES privadas e públicas estaduais e federais, em quatro diferentes regiões do país, em distintos perfis de cursos de graduação, e de participarem de variadas associações relacionadas ao Campo. Ainda, os comentários dos colegas que participaram da *survey* foram extensamente considerados, estabelecendo-se um diálogo com suas visões, na contextualização de cada desafio. Quanto aos dados da *survey*, outros recortes seriam possíveis. Em primeira análise, não se observa diferenças significativas quando consideradas respostas de indivíduos que atuam em cursos sediados em capitais ou cidades do interior, ofertados nas modalidades presencial ou a distância, mas seria necessária uma investigação mais detalhada. Pode-se, também, em estudos futuros, explorar a representatividade das respostas frente ao tipo e número de cursos e de potenciais respondentes por estado. A própria redação dos desafios e seu agrupamento poderá ser revista em etapa futura, dado que são interligados entre si e agora se tem uma nova compreensão de sua natureza e suas conexões.

Entre as possíveis implicações do estudo para os processos de gestão acadêmica e de ensino-aprendizagem, fica claro que a implementação das DCNs do Campo requer dedicação e reflexão incessantes – no âmbito de cada IES, nos espaços institucionais acadêmico-científicos e na interface com os ambientes de atuação profissional e política. Cabe aos membros e organizações do CP especial atenção: às aproximações entre docentes e discentes, entre graduação e pós-graduação e entre pesquisa, ensino e extensão durante a formação; à formação continuada de professores, necessária dada a interdisciplinaridade do Campo e à dinâmica do

conhecimento científico, e acentuada no cenário durante e pós-pandemia; ao monitoramento do desempenho dos cursos e das causas de evasão de discentes; ao acompanhamento de egressos em relação a suas condições profissionais e como pontes que podem ser construídas entre a academia e os problemas públicos no contexto em que atuam; à vigilância e permanente diálogo com instituições oficiais de avaliação educacional, agências de fomento à pesquisa e órgãos de regulação profissional, bem como agentes políticos e servidores públicos responsáveis por recrutamento e contratação pessoal e por decisões orçamentárias.

Entre os *insights* para o aprofundamento desta pesquisa e para uma frente de investigação sobre ensino e pesquisa no CP, sublinha-se: a sugestão de estudar a implementação das DCNs à luz das realidades regionais e locais dos cursos de graduação, a realização de pesquisa sobre o perfil dos docentes dos cursos do Campo e um mapeamento amplo das atividades profissionais (e de seus impactos) exercidas pelos egressos no mundo do trabalho.

Concluindo, a locomotiva do Campo de Públicas anda a todo vapor, as ações precisam continuar, inclusive, considerando as disputas naturais intracampo. Nem sempre haverá consenso e harmonia, próprio de um Campo que se constitui na diversidade; ao mesmo tempo em que os elementos motivadores unem, os campos de força são constantemente ativados. Em meio também aos conflitos, na próxima década temos como macrodesafio avançar, ainda mais, na construção de uma linguagem comum, a despeito de diferenças epistêmicas ou político-ideológicas, que potencialize e integre o CP como comunidade discursiva na formação acadêmica, comunidade de práticas no Estado e na sociedade e comunidade científica com cunho interdisciplinar.

Agradecimento e Homenagem

Os autores agradecem a todos(as) os(as) professores(as), pesquisadores(as), egressos(as) e alunos(as) do Campo de Públicas que responderam à *survey* que amparou este artigo.

Aproveitamos esta oportunidade para homenagear dois professores que foram imprescindíveis na constituição do Campo de Públicas: José Renato Araújo, da

Universidade de São Paulo, e Augusto de Oliveira Tavares, da Universidade Federal do Cariri. Ambos se tornaram referências nos seus cursos de atuação, seja na implantação dos mesmos ou exercendo mandatos de coordenador, como atuando nos Núcleos Docentes Estruturantes e; principalmente, participando ativamente do movimento CP, em diversos fóruns, instituições e espaços de debates. A trajetória acadêmica deles foi fundamental para a consolidação do CP, nos âmbitos nacional e local, uma vez que deixaram um legado de reflexões e deram uma valorosa contribuição para o movimento. Nosso muito obrigado aos dois colegas, que sempre estarão presentes na história do CP no Brasil.

Referências

COELHO, F. S. A Fase Embrionária do Campo de Públicas: O Processo de Expansão e Diversificação do Ensino de Graduação de Administração Pública no Brasil entre 1995 e 2006. *Revista Administração em Diálogo*, v. 21, n. 2, p. 240-267, 2019.

COELHO, F. S. *História do ensino de administração pública no Brasil (1854-2006): antecedentes, ciclos e a emergência do campo de públicas*. Brasília: Enap, 2019.

ETULAIN, C. R.; SERAFIM, M. P.; HOROCHOVSKI, R. R. O desafio do campo de públicas frente ao contexto de crise do Estado brasileiro. *NAU Social - Revista Eletrônica da Residência Social*, v. 09, p. 46-58, 2018.

FADUL, E.; COELHO, F. S.; COSTA, F. L.; GOMES, R. C. Administração Pública no Brasil: reflexões sobre o campo de saber a partir da Divisão Acadêmica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (2009-2013). *Revista de Administração Pública*, v. 48, n. 5, p. 1329-1354, 2014.

FARAH, M. F. S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do "campo de públicas". *Revista de Administração Pública*, v. 50, n. 6, p. 959-979, 2016.

_____. Institucionalização do Campo de Administração Pública no Brasil: reflexões sobre o passado e desafios do futuro. *NAU Social - Revista Eletrônica da Residência Social*, v. 9, p. 76-91, 2018.

FENWICK, J. Teaching public administration: key themes 1996-2016. *Teaching Public Administration*, v. 36, p. 6-13, 2018.

FILGUEIRAS, B. S. C.; LOBATO, L. V. C. O "Campo de Públicas" e as Políticas Sociais no Ensino Superior Brasileiro: um debate acerca do papel do Estado, do desenvolvimento e da formação em/para a gestão pública. *Agenda Política*, v. 3, n. 2, p. 100-130, 2015.

FISCHER, T. M. D. *O Ensino de administração pública no Brasil: os ideais de desenvolvimento e as dimensões de racionalidade (1948-1984)*. Tese (Doutorado em Administração), Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1984.

GOMES, S.; ALMEIDA, L. S. B.; LUCIO, M. A new agenda for teaching public administration and public policy in Brazil: institutional opportunities and educational reasons. *Teaching Public Administration*, v. 33, p. 1-19, 2015.

GONÇALVES, S. F. C.; OLIVEIRA, V. C. S. A constituição do movimento Campo de Públicas a partir da percepção de integrantes graduados em Administração. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 8, n. 4, p. 202-211, 2016.

KEINERT, T. M. M. Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92). *Revista de Administração de Empresas*, v. 34, n. 3, p. 41-48, 1994.

_____. O movimento "Campo de Públicas": construindo uma comunidade científica dedicada ao interesse público e aos valores republicanos. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 6, n. 4, p. 169-176, 2014.

LIMA, L. L.; RODRIGUES, M. I. A. (org.). *Campo de públicas em ação: coletânea em teoria e gestão de políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

LUCIO, M. L.; ALMEIDA, L. S. B.; SILVEIRA, R. M. C. The Public Field in Brazil: toward a multidisciplinary educational approach for the professional with multiple roles. *Teaching Public Administration*, v. 36, p. 50-62, 2017.

MARQUES, E; FARIA, C. A. (org.). *A Política Pública como Campo Multidisciplinar*. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Unesp, Editora Fiocruz, 2013.

MENON, I. O.; COELHO, F. S. Gestão Social como Campo do Saber no Brasil: uma investigação de sua produção científica pela modelagem de redes sociais (2005-2015). *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 24, n. 79, p. 1-27, 2019.

MIDLEJ E SILVA, S. A.; TEIXEIRA, G. D.; BARBOSA, S. C.T; ARAÚJO, S. M. V. G. Residência em Políticas Públicas: uma experiência inovadora de formação. *Cadernos de Pesquisa (FCC)*, v. 45, n.157, p. 588-611, 2015.

PIRES, V.; SILVA, S. M.; FONSECA, S. A.; VENDRAMINI, P.; COELHO, F. S. Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 6, n. 3, p. 110-126, 2014.

ROBIATTI, R. Z. Re-democratization and the Rise of Public Policy as an Academic Discipline in Brazil: Push or Pull? In: GRIMM, H M. (ed.). *Public Policy Research in the Global South*. Cham/Switzerland: Springer, 2019.

SALM, J. F. ; SCHOMMER, P. C. ; HEIDEMANN, F. G. ; VENDRAMINI, P. ; MENEGASSO, M. E. Curso de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina: uma construção à luz da coprodução do bem público e do novo serviço público. *Temas de administração pública (UNESP. Araraquara)*, v. 2, edição especial, p. 1-29, 2011.

SANTOS, F. B. P. D.; TEIXEIRA, M. A. C. Inovações e Desafios Metodológicos no Ensino de Administração Pública no Brasil: um olhar com base no curso da FGV-EAESP. *Administração: Ensino e Pesquisa*, v. 20, n. 1, p. 1-10, 2019.

SANTOS, J. V. B. A Quantas Anda o Campo de Públicas no Brasil? O processo de institucionalização após consolidação normativa das DCNs. Relatório de Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica (Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas), Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

SCHOMMER, P. C.; FRANCA FILHO, G. C. A metodologia da residência social e a aprendizagem em comunidade de prática. *NAU Social - Revista Eletrônica da Residência Social*, v. 1, n. 1, p. 203-226, 2010.

SPINK, P. K. Um olhar pessoal sobre parte da formação do Campo de Públicas (posfácio). In: ALMEIDA, L. S. B.; SILVEIRA, R. M. C.; RODRIGUES, M. I. A.; MELO, C. M. O. (org.). *Contribuições do Campo de Públicas: um olhar sobre democracia no século XXI e os desafios para gestão pública*. Belo Horizonte: FJP, 2020.

TINOCO, V. B. Desafios, Vicissitudes e Possibilidades do Campo de Públicas no Brasil. *Agenda Política*, v. 4, n. 2, p. 302-332, 2016.

VENDRAMINI, P.; ALMEIDA, L. S. B. (org.). *Pionerismo, Renovação e Desafios: experiências do Campo de Públicas no Brasil*. Florianópolis: Editora Udesc, 2017.